

CADERNOS

DCP

Nº 8

Número Conjunto

Revista
do Departamento
de História
Nº 10



100 ANOS

DE REPUBLICA

Departamento de História
Departamento de Ciência Política
FAFICH/UFMG
Apoio CNPQ



**Revista do
Departamento de História**

Nº 10

Cadernos DCP - Nº 8

NÚMERO CONJUNTO

Departamento de História

e

Departamento de Ciência Política

FAFICH/UFMG

**Apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico - CNPq**

1990

REITORA DA UFMG

Profa. Vanessa Guimarães Pinto

DIRETORA DA FAFICH/UFMG

Prof. Paulo Roberto Saturnino

VICE DIRETOR

Prof. Túlio Mourão

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Prof. Daniel Valle Ribeiro

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Prof. Sérgio de Azevedo

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Douglas Cole Libby (ed.)

Prof. José Clóvis Machado (ed.)

Profa. Regina Horta Duarte

Profa. Lucília de Almeida Neves Delgado

Prof. Domingos Antônio Giroletti

Prof. Luiz Aureliano Gama de Andrade

Revisão dos autores

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

APOIO: CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

PRODUÇÃO GRÁFICA

Mazza Edições, a partir de composição fornecida.

MONTAGEM

Joyce Lamaita Perim

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 1

Leônidas Prates Lafetá

REPÚBLICA, 1889/1989, 4

Francisco Iglésias

AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NA REPÚBLICA BRASILEIRA, 17

Fábio W. Reis

REPÚBLICA E TRABALHO NO REGISTRO DA BURGUESIA, 28

Eliana Regina de Freitas Dutra

O BARÃO DA RALÉ – A POLÍTICA DE PONTA-CABEÇA, 40

Delsy Gonçalves de Paula
Heloísa M. Murgel Starling

O INÍCIO DAS MUDANÇAS, 56

Ademir Gebara

CONVERSA COM LUIZ CARLOS PRESTES, 64

Lucília de Almeida Neves Delgado

A REPÚBLICA DO TRABALHO: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR-CIDADÃO EM MINAS GERAIS NO ALVORECER DO SÉCULO XX, 79

Luciano Mendes de Faria Filho

EMPRESARIADO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS, 93

Otávio Soares Dulci

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM MINAS: COMENTÁRIOS SOBRE OS DEPOIMENTOS DE ANTÔNIO OLINTO DOS SANTOS PIRES, 125

Sheila Brandão Baggio

"MONARQUIA E PRIMEIRA REPÚBLICA: A NATUREZA DO PACTO DE DOMINAÇÃO SEGUNDO INTERPRETAÇÕES CORRENTES NA HISTORIOGRAFIA", 132

Vera Alice Cardoso Silva

EM BELO HORIZONTE OPERÁRIOS VESTEM CAMISAS VERDES?, 151

Yonne de Souza Grossi
Maria Auxiliadora Faria

O INÍCIO DAS MUDANÇAS

Ademir Gebara

FEF/Centro de Memória - Unicamp

RESUMO

Nos anos 1860 estabeleceram-se as raízes da regionalização da vida política brasileira. A desescravização, a partir de 1871, localizou em São Paulo o eixo do processo de organização do mercado de trabalho, bem como do modelo de dominação política cristalizado com a "Política dos Governadores".

ABSTRACT

The 1860s saw the firm planting of the roots of the regionalization of Brazilian political life. From 1871 on, the gradual dismantling of slavery centered in São Paulo the process of organization of a labor market as well as the model of political domination crystalized in the "politics of the states".

Ao se iniciarem os anos 60 do século passado, a sociedade brasileira, bem como as instituições políticas, funcionavam plenamente. O país vivia em paz, o tráfico africano de escravos havia sido abolido e uma política imigratória estava sendo elaborada; para coroar e fundamentar esse período de estabilidade política e social, a economia estava em franco crescimento.

As estradas de ferro forçavam o movimento das fronteiras e a incorporação de novas terras. Em 1862 iniciava-se uma era liberal e reformista pois, o desenvolvimento econômico fazia surgir, quando não fortalecia, grupos interessados em reformas políticas. Alguns autores explicam o surgimento desses grupos devido aos conflitos entre as cidades e o campo.¹

Outros autores enfatizam a necessidade de uma recomposição política das elites? Em qualquer caso, 1862 é considerado um ponto de partida para um novo período de conciliação, marcado pela reorganização da vida política através da reconstrução dos partidos políticos tradicionais, o liberal e o conservador.

A possibilidade de um novo período de conciliação, repetindo a experiência de 1853, ficou clara quando o Imperador referiu-se publicamente à necessidade de se efetuarem algumas reformas, que já vinham sendo discutidas publicamente (por exemplo: melhorias nas administrações provinciais e mudanças na legislação eleitoral).

1. GRAHAM, R. *BRITAIN and the ONSET of MODERNIZATION in BRAZIL 1850-1914*. Cambridge, 1968. p. 255, argumenta que em função do desenvolvimento econômico surgiram grupos poderosos de comerciantes urbanos interessados em mudanças políticas. E. V. da Costa. "BRAZIL The Reform Era 1870-1889" em L. BETHELL, (org.) *CAMBRIDGE HISTORY OF LANTIN AMERICA*, argumenta que as oposições geradas pela diferenciação econômica e social, dificultaram gradualmente uma coexistência pacífica entre conservadores e liberais.

2. FAORO, Raimundo. *Os Danos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1958, p. 443-44, e Fco. Iglésias em *HOLANDA*, Sérgio B., (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, 1969, tomo 2, vol. 3, p. 86-7. Para estes autores a aliança política sob a égide da Liga, tende a ser vista como a repetição das experiências anteriores, nos anos 1850.

Em 1862, a Liga Progressista é formada - dirigindo o país até 1868. Esse episódio representou o início de um novo reordenamento das forças políticas de então. Zacarias de Goes e Vasconcelos liderou o gabinete, então formado por liberais moderados e conservadores progressistas; houve uma rearticulação política do centro e, tal rearticulação, marcaria a implosão dos partidos políticos tradicionais, eles dividiram-se em três facções: os antigos conservadores, a liga e os liberais históricos que, subseqüentemente, em 1868, seriam incorporados pela liga. Tal redefinição da vida político partidária no Brasil seria completada, em 1870, com o lançamento, por um grupo de liberais radicais, do Manifesto Republicano, dando origem ao movimento de propaganda republicana e, conseqüentemente, levando à formação dos Partidos Republicanos provinciais.

A organização do Partido Republicano é um episódio estreitamente vinculado a conjuntura política responsável pelo início do encaminhamento legal da questão da escravidão em 1871. O ponto de partida para o entendimento do componente fundamental dessa conjuntura, é entender que a política de conciliação levada a cabo sob o controle da liga foi uma tentativa, bem sucedida, de adiar as mudanças que, desde o início da década de 60, começavam a impor-se. O fator fundamental, que permitiu o sucesso dessa política protelatória, foi o fato de que ambos os partidos políticos eram controlados por uma elite política, elite essa que se encontrava totalmente sob influência do Imperador.³

O Gabinete Zacarias, o primeiro dessa nova tentativa de conciliação, ficaria no poder apenas uma semana, sendo substituído pelo Gabinete dos Velhos, liderado pelo Marquês de Olinda. Esse gabinete, composto por político sem um forte vínculo partidário, representou a consolidação da liga pois, como seria previsível, os partidos políticos tradicionais não teriam influência decisiva sobre esse ministério. A par disso, dois outros fatores permitiram a consolidação da liga: o primeiro foi a convocação das eleições gerais de 1864, evidentemente sob controle da liga. Houve uma significativa mudança na composição da Câmara dos Deputados, que se aprofundou na direção da perda de influência dos partidos políticos tradicionais, uma vez que elegeram-se inúmeros novos deputados sem ligações mais profundas com os partidos políticos tradicionais. O segundo fator foi a ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra, de 1863 à 1865. Esse acontecimento teve um profundo impacto sobre a política interna, ele criou um fator unificador que beneficiou o "establishment". Iglésias afirma que, nesse momento, Dom Pedro II, ao defender os interesses nacionais, atingiu o mais alto nível de popularidade de seu longo governo, essa popularidade beneficiou também o Gabinete. Ficou evidente, nesses episódios que Dom Pedro II começou a mostrar uma presença pessoal mais agressiva no processo político brasileiro.⁴

Durante o segundo Gabinete Zacarias, os progressistas tentaram organizar-se em um novo partido político buscando identidade própria, tentaram distanciar-se dos partidos políticos tradicionais: Liberal e Conservador. É difícil precisar as causas que impediram essa reformulação partidária tentada pelos progressistas; provavelmente

3. FAORO, R. Op. cit. p. 444. Para uma análise exaustiva e conclusiva sobre as elites políticas ver CARVALHO, M. de. *Elite and State Building in Brazil*. (Tese de Doutorado, Stanford University, 1974); e a "Composição Social dos Partidos Políticos Imperiais". In: *Cadernos do Departamento de Ciências Políticas da F.F.C.H. da UFMG*, nº 2 (1974):1-34.

4. IGLÉSIAS. Op. Cit. p. 89.

esse fracasso deveu-se ao *vacuum* político criado pela morte de inúmeros políticos da velha geração; talvez melhor explicação possa ser dada através de uma cuidadosa análise dos resultados das eleições de 1864 que, como sabemos, levou a destruição de inúmeras alianças e compromissos previamente existentes. De qualquer maneira, a junção dessas duas possíveis explicações implica em admitir que passava a existir espaço suficiente para as ambições pessoais dos recém-eleitos e, obviamente, nessas circunstâncias, os compromissos e negociação tornavam-se difíceis.

As resultantes mais evidentes das eleições de 1864 são, de um lado a presença significativa de vários novos parlamentares com fortes vínculos regionais e, sintomaticamente, sem uma adequada percepção das questões nacionais. A resultante necessária desse quadro seria tanto o grupismo quanto a inevitabilidade, a curto prazo, da reorganização partidária no interior da própria assembléia.

Esse quadro político parlamentar criou uma situação ingovernável; o entendimento entre o Gabinete e o parlamento tornava-se extremamente precário. D. Pedro, necessariamente, enfrentaria a escolha de mudar o ministério total ou parcialmente, sua tendência era, nesse caso, de formar um novo gabinete totalmente modificado. Não obstante, os planos de reforma do gabinete, tanto quanto os planos para implementar as reformas que o país exigia, foram adiados devido a três importantes fatores: a crise econômica de 1864, a Guerra do Paraguai e a normalização das relações diplomáticas com a Inglaterra.

A normalização das relações diplomáticas com a Inglaterra, em 1865, ocorreu quando da ida de D. Pedro II ao Rio Grande do Sul, objetivando colocar-se próximo ao front da Guerra e, ao mesmo tempo, encontrar o enviado britânico para tratar da normalização das relações diplomáticas. De acordo com Graham e Manchester, existem fortes evidências de que a retomada das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra, deu-se dentro de um quadro onde haveria algum compromisso relativo à questão da escravidão. Realmente, para ambos os autores é possível admitir que um acordo secreto existiu, não só com referência à questão da escravidão no Brasil, quanto, também relativo à diminuição das pressões inglesas sobre o governo brasileiro, pressões basicamente contra a permanência da escravidão. Manchester afirma que a revogação do Bill Aberdeen em 1869, pelo governo britânico, foi um gesto conciliatório e, até certo ponto, uma medida política que permitiria, ao governo brasileiro, tomar medidas efetivas com referência à questão da escravidão, sem que ficasse a impressão de que o governo inglês estava pressionando nesse sentido. Como sabemos hoje devido os estudos dos acontecimentos que levaram à Lei do Ventre Livre, existem evidências, ao nível da correspondência consular britânica, de que Manchester e Graham abordaram a questão corretamente.⁵

Paralelamente aos acontecimentos que se verificavam ao nível das relações internacionais, internamente, o país sofreu a mais séria crise financeira da qual se teve notícia. Essa crise, foi a primeira crise econômica efetiva no país, de tal maneira que seus efeitos foram sentidos nacionalmente, sendo impossível conter seus efeitos ao nível regional, como em 1857 quando as consequências da crise de então se restringiram ao Rio De Janeiro.

5. Ver GRAHAM em S. B. de Holanda. (Op. Cit. 1971). p. 144-145. e MANCHESTER, A. K. *British Pre-eminence in Brazil; Its Rise and Decline a Study in European Expansion*. North Carolina, 1933. p. 264-7.

De acordo com Rui Granziera, a crise de 1864 teve um efeito fundamental na expansão das plantações cafeeiras em São Paulo, bem como na diferenciação das economias de São Paulo e Rio de Janeiro. Seu argumento começa por analisar a crise de 1864 como sendo a conjunção de vários fatores: a) contínuos déficits nas finanças públicas; b) competição entre bancos ingleses e brasileiros, levando à redução na participação das casas bancárias nacionais; c) contração nos depósitos bancários em consequência do aumento dos impostos para as áreas urbanas, procedimento que reduziu a quantidade de dinheiro disponível para a poupança popular; d) política governamental de manutenção de altas taxas cambiais; e) a drenagem financeira provocada pelo alto volume de remessa de imigrantes, especialmente portugueses; f) acima de tudo, o fato de que a economia brasileira encontrava-se em uma encruzilhada, colocando-se frente à possibilidade de diversificação econômica nas cidades o que, presumivelmente, faria o mercado interno mais autônomo.⁶

A crise financeira de 1864 começou com a falência da Casa Souto e Cia, então o maior estabelecimento bancário brasileiro. O impacto dessa quebra atingiria, inclusive, o Banco do Brasil que, face ao pânico desencadeado, os clientes do banco tentavam trocar suas reservas em papéis por ouro, tentando evitar eventuais perdas. Para controlar a situação, o governo teve que utilizar a polícia para guardar os estabelecimentos bancários e, paralelamente, as autoridades aumentaram a moeda em circulação e suspenderam a conversibilidade da moeda até 1866, quando o sistema bancário foi reorganizado em seu conjunto.

O resultado dessa crise foi o desaparecimento do antigo sistema bancário brasileiro, apoiado nas Casas Bancárias e, junto com isso, o sistema de crédito foi polarizado entre o Banco do Brasil e os bancos estrangeiros. O mercado financeiro tornou-se mais distante dos produtores, mais concentrado nas áreas urbanas e, conseqüentemente, começa a haver falta de crédito no campo.⁷ As tensões provenientes dessa carência de créditos para a lavoura geraram a reforma bancária de setembro de 1866, que marcou uma mudança na política governamental com a criação de uma carteira hipotecária no Banco do Brasil, bem como com a proibição da emissão de papel moeda pelos bancos particulares, a partir de então, apenas o papel do tesouro poderia circular normalmente.

Nesse momento, a Guerra do Paraguai afetaria de forma mais localizada a questão da expansão da fronteira agrária, articulando os efeitos dessa crise com o processo de acumulação de capitais que se verificava na fronteira agrícola paulista. Segundo o ponto de vista de Granziera, a questão hipotecária na crise de 1866 se articula com a Guerra do Paraguai pois, durante a crise o único investimento seguro seriam os títulos de dívida pública, especialmente para os fazendeiros que se encontravam pressionados pela política monetária geradora dessa crise.

Ocorre que essa forma de investimento tornou-se familiar aos fazendeiros do Rio de Janeiro pois, o financiamento da guerra era feito exatamente a partir da emissão desses

6. GRANZIERA, R. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo, 1979. p. 85-93.

7. JOSLIN, D. *A Century of Banking in Latin America; to Commemorate the Centenary in 1962 of the Bank of London and America Limited*. London, 1962. p. 139-47, argumenta que a competição gerada pelos bancos ingleses, contra os bancos brasileiros, ajudou a espalhar o pânico em 1864, quando houve a quebra da Casa Souto; mais ainda, a medida dos bancos ingleses de facilitar empréstimos a lavoura, mediante a garantia de hipoteca da terra e da safra futura, forçou a eliminação da função mediadora dos comissários, permitindo a definitiva articulação entre o capital financeiro, via setor bancário, e o setor produtivo de economia.

títulos, tanto quanto pela emissão de papel moeda. No Rio de Janeiro, os fazendeiros tenderam a aumentar seus investimentos nos títulos de dívida pública, o que naturalmente reduzia a liquidez do setor bancário e, necessariamente, a disponibilidade de recursos para o setor hipotecário seria também reduzido.⁸

Eis aí porque São Paulo, apesar dessa crise generalizada, começara ter sua economia diferenciada da economia do Rio de Janeiro. No Rio, os fazendeiros investiam pesadamente em títulos de dívida pública; em São Paulo, graças ao surto algodoeiro, à modernização das ferrovias e, sobretudo, graças aos investimentos governamentais para responder às necessidades de guerra, (como compra de animais e provisões para abastecer as frentes de batalha do Mato Grosso), o fluxo de papel moeda na região de Campinas permitiria o financiamento da expansão agrária. Além destes aspectos apresentados por Granziera, em São Paulo, a questão da organização do mercado de trabalho estava sendo conduzida de forma bastante satisfatória. Realmente, com a introdução de imigrantes europeus e, paralelamente, com a manutenção de um grande stock de escravos, os fazendeiros paulistas conseguiram beneficiar-se duplamente dessa conjuntura.

O período de governo da Liga Progressista termina em 16 de julho de 1868, com o retorno dos velhos líderes conservadores. Essa mudança de gabinete deu-se justamente na convergência dos grandes problemas que os políticos brasileiros deveriam enfrentar. Internamente o país deveria reorganizar seus partidos políticos e, paralelamente, enfrentar o complexo problema da escravidão e do suprimento de mão de obra para as lavouras em expansão, ambos articulados à questão mais estrutural, da organização do mercado de trabalho livre.

Do ponto de vista político, 1868 foi um ponto de referência que significou o retorno da antiga liderança conservadora, bem como o término de um novo período liberal reformista que se iniciou em 1862; 1868 também significou que os conservadores tomaram, dos liberais, o comando político para a implementação das reformas? Os conservadores, logo no início dos anos 70, seguindo-se ao término da Guerra do Paraguai, implementaram a primeira grande reforma nacional ao lidar com o problema da escravidão; momento bastante oportuno, diga-se de passagem, pois com a recusa dos liberais de participar das eleições de 1869, em protesto contra a demissão do ministério de 1868, os conservadores puderam articular muito tranquilamente, e comandar o processo jurídico de reforma do sistema escravista.

A reforma implementada através da Lei do Ventre Livre é um momento particularmente apropriado para compreendermos a solução política que foi encaminhada, não só para a questão da escravidão, como também, e sobretudo, para o problema mais profundo da organização do mercado de trabalho, questões estas decisivamente vinculadas à continuidade da expansão econômica sustentada pela marcha da fronteira agrária. Os anos 1870 representam a encruzilhada fatal, onde a questão da organização do mercado de trabalho deveria, impreterivelmente, ser cuidada.

8. Sem discutir política monetária, uma argumentação similar é apresentada por STEIN. *Grandeza e Decadência do Café no Vale da Paraíba*. São Paulo, 1961. p. 287-95, o argumento que Stein desenvolve é restrito ao aspecto monetário; para ele, inflação e a performance da balança comercial são as maiores explicações para a crise.

9. FAORO. Op. Cit. p. 446 e Iglésias. Op. Cit. p. 112, concluem que 1868 representou o começo da onda anti-monárquica que, em 1889, derrubaria o trono: FAORO vê na interferência de Caxias na mudança do ministério a primeira evidência da incompatibilidade entre as forças armadas e a ordem monárquica.

As reformas foram implementadas durante um período de expansão econômica, consolidação institucional e mudanças políticas. Em uma conjuntura como essa, torna-se difícil estabelecer as articulações entre os diferentes componentes políticos e sócio-econômicos, envolvidos na elaboração e no encaminhamento, cristalizados pela legislação de 1871.

O café e as estradas de ferro penetravam ininterruptamente no interior, penetração que se verificava em tal escala que de uma produção de três milhões de sacos em 1850, saltamos para cinco milhões em 1870. O mercado financeiro sofisticava-se, quer pela introdução de novas técnicas de gerenciamento, alinhadas às práticas internacionais, quer pela maior eficiência com a entrada dos bancos estrangeiros, fenômeno que estreitava os laços entre as cidades e o campo e, mais decisivamente, a economia brasileira em seu conjunto tornava-se mais próxima dos mercados internacionais. Para complementar esse levantamento de dados que compõem essa conjuntura, é necessário mencionar que a política externa brasileira começava a influir mais decisivamente nos acontecimentos internos. É o caso, por exemplo, da Guerra do Paraguai, responsável pela alocação de recursos financeiros nas regiões agrícolas de São Paulo. Como se vê, 1871 é um momento particularmente significativo, não só para a História do Império, mas sobretudo, para a História do capitalismo no Brasil.

Dos anos 60/70 até a década de 90 do século passado, o encaminhamento dado aos estágios finais do processo de desescravização, faria emergir com bastante evidência a questão regional. Ou seja, no Brasil, a questão da organização do mercado de trabalho livre é um fenômeno paralelo à emergência de questões regionais, que se articulam nacionalmente. É nesse momento que uma região, se não todas, começa a se definir historicamente, dentro de um efetivo espaço nacional.

É verdade que, ao nível da organização de mercado de trabalho, a imigração teve um papel muito importante em algumas áreas (Sul e Sudeste, por exemplo). Não obstante, sob uma perspectiva nacional, a desescravização foi o processo generalizador.

Enquanto a escravidão existiu, as relações de trabalho eram uniformizadas e unificadas pela presença do escravo. Na medida em que foi implementado o projeto desescravizador de 1871 (Lei do Ventre Livre), as diversidades começaram a se explicitar. O que antes unificava, já na transição fazia aflorar um conjunto de situações diferenciadas. Ao mesmo tempo em que, ao nível do parlamento, os discursos dos deputados tornam mais explícito o final iminente da escravidão, nota-se uma forte tendência para o enfoque do problema a partir de suas diferenciações regionais. Este regionalismo emergente em paralelo ao encaminhamento da questão escrava, ficou visível já nas discussões relativas à implantação da Lei de 1885 (Sexagenários). Em julho de 1887, Cotegipe pedia tempo, prudência e paciência para que a Lei de 1885 pudesse provocar os efeitos positivos esperados; no início de agosto os abolicionistas tentaram ganhar alguma iniciativa, denunciando as decisões do governo no que se referia à regulamentação da Lei de 1885. Eles afirmavam que essas decisões eram invariavelmente prejudiciais à causa da liberdade. Neste momento polêmico, envolvendo abolicionistas e governistas, discutia-se um outro assunto, que, aparentemente nada tinha a ver com essa questão: o orçamento do Ministério da Agricultura. É justamente aqui que se torna visível a articulação da questão regional com o problema da formação do mercado de trabalho livre. Em função dessa discussão, geralmente destacando aquelas que seriam as prioridades na alocação dos recursos. Para o exercício seguinte, o debate passava a acentuar as questões regionais em relação à formação do mercado de trabalho livre. O deputado Custódio Martins,

debatendo este relatório identifica o núcleo da questão: "Em uma leitura que fiz do relatório do nobre Ministro, convenci-me que S. Exa. pouco tem cuidado da emigração para colonização; porque Sr. presidente, o nobre Ministro, assim como seu antecessor, tem simplesmente favorecido a vinda de imigrantes para colocá-los nas fazendas da Província de São Paulo, como trabalhadores por salário. Mas isso não é favorável à imigração. É favorável à grande propriedade e aos grandes proprietários"¹⁰

Mesmo uma postura crítica como a de Custódio Martins, evidenciando agudo senso de percepção da forma pela qual se encaminha a questão da imigração, e sua articulação com a expansão da lavoura cafeeira de São Paulo, mantém a discussão da questão da escravidão dentro das premissas postas pela via jurídica gradualista implantada em 1871. O núcleo do debate desloca-se, naturalmente e por isso mesmo, para o orçamento do Ministério da Agricultura e, nessa discussão, a questão da escravidão passa a ser tratada marginalmente em relação à questão fundamental: a organização e disciplina do mercado de trabalho livre, estando sempre presente uma perspectiva regional nos debates.

A partir de meados de agosto acentuam-se as intervenções que destacam diferentes realidades provinciais, apontando sempre para a existência de processos de transição diferenciados, como por exemplo nesse discurso de Luiz Freire:

"Não é tanto para o norte que a questão de braços mais acabrunha a agricultura: na província do orador, a de Sergipe, não há falta de braços, mas antes ali, muitos representantes das classes inferiores queixam-se da carência de trabalho".¹¹

As diferenças regionais começam a pesar na solução da questão do suprimento de mão-de-obra, um aspecto fundamental da economia brasileira do século XIX. Naturalmente que Sergipe não era uma província com uma fronteira agrária aberta, em todo caso, Sergipe se distingue, enquanto unidade regional, da realidade paulista: do mesmo modo a distinção emerge em outras regiões onde, inclusive, a escravidão já tinha sido abolida devido a iniciativas provinciais (Ceará por exemplo), onde o problema do suprimento da mão-de-obra não constituía um problema tão agudo como o era em São Paulo, pois aqui a economia regional baseava-se, preponderantemente em grandes fazendas produtoras de café e, neste momento em expansão física.

Para melhor apreender o conjunto de questões levantadas pelos deputados e, especialmente para perceber a forma pela qual o governo tratou dessas questões, bastaria cotejar o discurso de Rodrigues Alves que, na qualidade de relator da Comissão de Orçamento, fez inúmeras críticas sobre as questões suscitadas a partir das observações dos deputados. Desta maneira ficará mais evidente o peso crescente das diferenças regionais no processo de transição:

10. ANNAES do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro, 1887. p. 79.

11. Idem. p. 241.

"Dá-se um fato curioso na província de São Paulo, e que só serve para mostrar que em assunto dessa ordem, não pode haver uniformidade. O colono que procura a província de São Paulo, prefere ser assalariado nas fazendas a ser colono independente".¹²

A questão da regionalização das soluções tem um alcance maior do que à primeira vista pode parecer; essa questão emerge devido ao processo de desescravização. Um exemplo representativo desse argumento está na análise de Andrade Figueira,¹³ com referência às diferenças regionais. Pretendendo demonstrar o equívoco da argumentação segundo a qual a província do Rio de Janeiro ficaria mais pobre com o fim da escravidão, e após comparar o Rio de Janeiro a São Paulo, ele afirma que mesmo admitindo o não empenho do Rio em trazer imigrantes, a questão assim posta não era relevante para o Rio. Figueira afirma que o problema de sua província não era de braços, mas sim de capitais, ou seja, São Paulo necessitava de braços por ter aberto novas regiões agrárias, o que não ocorreria com o Rio de Janeiro.

O argumento que está sendo desenvolvido - o da regionalização do problema de transição - implica em considerar que o núcleo básico da questão da organização do mercado de trabalho livre localizou-se em São Paulo, quer pela existência de um universo econômico em expansão, quer pela manutenção de um volumoso plantel de escravos convivendo com um também volumoso e crescente número de imigrantes. É portanto, na ação política desencadeada em São Paulo que se poderá captar o núcleo básico das pressões que influíram no epílogo do projeto desescravizador. Tal proposição em si, acentua o caráter regional daquilo que pode ser considerado pressuposto para a caracterização do modo de produção capitalista.

12. Ibidem. p. 310-11.

13. Ibidem. p. 394.

Universidade Federal
de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas
Departamento de História
e Ciência Política
Av. Antônio Carlos 6627
Caixa Postal - 253
CEP - 31270
Belo Horizonte, MG

